

Tucano *Holdings* III S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Tucano Holdings III S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Tucano Holdings III S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holdings III (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 110.830 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 24.887 mil, conforme divulgado na nota explicativa 11. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 10 e 11, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP 034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

TUCANO HOLDINGS III S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.293	23.259	38.263	97.391	87.329	120.950
Contas a receber de clientes		-	-	-	9.990	8.343	1.943
Cauções e depósitos vinculados		36	33	-	36	33	-
Dividendos a receber	4	37.835	23.432	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	2.128	2.171	2.106	4.348	3.181
Outros tributos a recuperar		-	-	-	-	-	1.204
Outros ativos	5	-	-	-	1.684	56.858	77.598
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		55.164	48.852	40.434	111.207	156.911	204.876
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	9.926	9.034	8.142
Contas a receber partes relacionadas	4	-	-	12.600	-	-	12.600
Investimentos em controladas e joint ventures	6	413.328	436.976	465.863	-	-	-
Outros ativos	5	735	874	-	1.105	1.244	370
Imobilizado, líquido	7	-	-	-	730.523	713.806	658.468
Intangível, líquido		-	-	-	28.645	29.516	40.061
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		414.063	437.850	478.463	770.199	753.600	719.641
TOTAL DO ATIVO		469.227	486.702	518.897	881.406	910.511	924.517
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		1	44	163	18.948	14.487	3.652
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	21.831	54.875	76.754	38.838	66.037	80.108
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	1.251	828	451
Dividendos a pagar	7	-	27.440	19.046	-	27.440	19.046
Contas a pagar a partes relacionadas	4	7	-	-	844	2.336	-
Passivo de arrendamento		-	-	-	193	113	-
Provisões para processos judiciais e outros		36	33	-	36	33	-
Outros tributos a pagar		1	10	20	514	379	236
Outras obrigações		-	-	-	-	-	18.816
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		21.876	82.402	95.983	60.624	111.653	122.309
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	228.836	198.938	226.822	571.913	558.842	567.384
Contas a pagar a partes relacionadas	4	40	49	-	4.508	5.580	-
Passivo de arrendamento		-	-	-	17.492	17.739	14.036
Tributos diferidos		2	1	-	310	2.005	2.446
Outras obrigações		-	-	58	8.086	9.380	22.308
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		228.878	198.988	226.880	602.309	593.546	606.174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social subscrito e integralizado		176.935	176.935	176.935	176.935	176.935	176.935
Reserva de lucros		41.538	28.377	19.099	41.538	28.377	19.099
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	218.473	205.312	196.034	218.473	205.312	196.034
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		469.227	486.702	518.897	881.406	910.511	924.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	10	-	-	110.830	137.601
Custo de produção e operação de energia	11	-	-	(58.924)	(60.472)
LUCRO BRUTO		-	-	51.906	77.129
Gerais e administrativas	12	(277)	(253)	(2.437)	(566)
Outras despesas operacionais	13	(43)	(79)	(3.905)	(3.335)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(320)	(332)	(6.342)	(3.901)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(320)	(332)	45.564	73.228
Receitas financeiras		2.122	4.406	9.743	16.383
Despesas financeiras		(30.267)	(36.901)	(63.820)	(63.355)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	14	(28.145)	(32.495)	(54.077)	(46.972)
Resultado de equivalência patrimonial		14.187	50.500	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(14.278)	17.673	(8.513)	26.256
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(7.462)	(9.024)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	(1)	1.696	440
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	15	(1)	(1)	(5.766)	(8.584)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(14.279)	17.672	(14.279)	17.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO				
Outros resultados abrangentes	(14.279)	17.672	(14.279)	17.672
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(14.279)	17.672	(14.279)	17.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		176.935	2.005	17.094	-	196.034
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.672	17.672
Constituição de Reserva legal		-	884	-	(884)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	8.394	(8.394)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(8.394)	(8.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	176.935	2.889	25.488	-	205.312
Prejuízo do exercício		-	-	-	(14.279)	(14.279)
Reversão dos saldos declarados de dividendos		-	-	27.440	-	27.440
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(14.279)	14.279	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9	176.935	2.889	38.649	-	218.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDINGS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(14.279)	17.672	(14.279)	17.672
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	11	-	26.087	20.890
Atualização monetária	12.331	10.261	12.331	10.261
Juros sobre arrendamento	-	-	(505)	(151)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(3)	(3)	(1.005)	(1.066)
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	17.131	23.554	44.049	51.105
Amortização do custo de transação	797	1.263	979	1.416
Tributos e contribuições sociais diferidos	1	1	(1.696)	(440)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(15.097)	(49.330)	-
		881	3.418	65.961
				99.687
Varição de ativos e passivos operacionais		4.021	13.161	63.317
				21.251
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(895)	(895)	(9.341)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	8	(9.319)	(11.445)	(36.226)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(5.312)	4.239	83.711
				93.465
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	-	(38.498)	(59.963)
Dividendos recebidos	6	23.432	46.001	-
Aumento (redução) de capital em controladas	6	-	9.954	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	110
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		23.432	55.955	(38.388)
				(59.823)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	8	-	-	11.057
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	8	-	(198)	(3)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	8	(24.086)	(75.000)	(35.258)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(24.086)	(75.198)	(67.263)
				(59.823)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(5.966)	(15.004)	10.062
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		23.259	38.263	87.329
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		17.293	23.259	97.391
				87.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano *Holdings* III S.A. (“Tucano III” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 7º andar, Sala 3, Pinheiros, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano *Holding* I S.A. e pela Unipar Carbocloro S.A. (“Unipar”).

Foi constituída em 05 de dezembro de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, compostas de três parques, sendo Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8. Os parques eólicos controlados pela Tucano *Holdings* III foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia em janeiro de 2023. O contrato de compra e venda de energia é firmado com a Unipar Carbocloro S.A., e possui vigência de 35 anos, com 155 MW de capacidade instalada e 73,7 MWh de garantia física de energia.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				2024	2023
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F6)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F7)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F8)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	100%

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh (i)
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F6)	ACL	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	23,0
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F7)	ACL	REA 8822/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	9	55,8	26,8
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F8)	ACL	REA 8823/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	21,7

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

1.2 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES *Holdings* Brasil Ltda., a AES *Holdings* Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN *Holding* Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças (“Transação”) por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 26 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *Constrained-off* mencionado na nota 16.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- - Continuação

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
--	--

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--

- Continuação

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

2.8 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- - Continuação

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$38.250 na Controladora e R\$120.828 no Consolidado, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$23.220 na Controladora e R\$80.057 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução nas atividades operacionais no montante de R\$15.030 na Controladora e R\$40.771 no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	13	38.250	38.263	122	120.828	120.950
Investimentos de curto prazo	38.250	(38.250)	-	120.828	(120.828)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	1.943	-	1.943
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.171	-	2.171	3.181	-	3.181
Outros tributos a recuperar	-	-	-	1.204	-	1.204
Outros ativos	-	-	-	77.598	-	77.598
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	40.434	-	40.434	204.876	-	204.876
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	8.142	-	8.142
Contas a receber partes relacionadas	12.600	-	12.600	12.600	-	12.600
Investimentos em controladas e joint ventures	465.863	-	465.863	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	370	-	370
Imobilizado, líquido	-	-	-	658.468	-	658.468
Intangível, líquido	-	-	-	40.061	-	40.061
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	478.463	-	478.463	719.641	-	719.641
TOTAL DO ATIVO	518.897	-	518.897	924.517	-	924.517

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	39	23.220	23.259	7.272	80.057	87.329
Investimentos de curto prazo	23.220	(23.220)	-	80.057	(80.057)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	8.343	-	8.343
Cauções e depósitos vinculados	33	-	33	33	-	33
Dividendos a receber	23.432	-	23.432	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.128	-	2.128	4.348	-	4.348
Outros ativos	-	-	-	56.858	-	56.858
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	48.852	-	48.852	156.911	-	156.911
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	9.034	-	9.034
Investimentos em controladas e joint ventures	436.976	-	436.976	-	-	-
Outros ativos	874	-	874	1.244	-	1.244
Imobilizado, líquido	-	-	-	713.806	-	713.806
Intangível, líquido	-	-	-	29.516	-	29.516
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	437.850	-	437.850	753.600	-	753.600
TOTAL DO ATIVO	486.702	-	486.702	910.511	-	910.511

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- - Continuação

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	17.672	-	17.672	17.672	-	17.672
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	-	-	-	20.890	-	20.890
Atualização monetária	10.261	-	10.261	10.261	-	10.261
Juros sobre arrendamento	-	-	-	(151)	-	(151)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(3)	-	(3)	(1.066)	-	(1.066)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(4.329)	4.329	-	(15.141)	15.141	-
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	23.554	-	23.554	51.105	-	51.105
Amortização do custo de transação	1.263	-	1.263	1.416	-	1.416
Tributos e contribuições sociais diferidos	1	-	1	(440)	-	(440)
Resultado de equivalência patrimonial	(49.330)	-	(49.330)	-	-	-
	(911)	4.329	3.418	84.546	15.141	99.687
Variação de ativos e passivos operacionais	13.088	73	13.161	21.165	85	21.250
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	4.639	(4.639)	-	15.215	(15.215)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(895)	-	(895)	(9.341)	-	(9.341)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(11.445)	-	(11.445)	(18.132)	-	(18.132)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	14.793	(14.793)	-	40.782	(40.782)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	19.269	(15.030)	4.239	134.235	(40.771)	93.464
Atividades de investimentos:						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(59.963)	-	(59.963)
Dividendos recebidos	46.001	-	46.001	-	-	-
Aumento (redução) de capital em controladas	9.954	-	9.954	-	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	-	141	-	141
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	55.955	-	55.955	(59.822)	-	(59.822)
Atividades de financiamentos:						
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	-	-	-	11.057	-	11.057
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(198)	-	(198)	(198)	-	(198)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(75.000)	-	(75.000)	(78.122)	-	(78.122)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(75.198)	-	(75.198)	(67.263)	-	(67.263)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	26	(15.030)	(15.004)	7.150	(40.771)	(33.621)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	13	38.250	38.263	122	120.828	120.950
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	39	23.220	23.259	7.272	80.057	87.329

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa						
Numerário disponível	157	39	13	4.026	2.118	122
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	17.000	23.220	38.250	60.736	85.211	120.828
Quotas de fundos de investimento (a)	136	-	-	32.629	-	-
Total	17.293	23.259	38.263	97.391	87.329	120.950

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento possuem liquidez diária e rentabilidade média de 99,28% (100,94% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Dividendos a receber				
Dividendos a receber - Tucano F6	14.276	6.049	-	-
Dividendos a receber - Tucano F7	12.758	9.052	-	-
Dividendos a receber - Tucano F8	10.801	8.331	-	-
Subtotal	37.835	23.432	-	-
Contas a receber (iv)				
Unipar Carbocloro	-	-	9.863	8.343
Subtotal	-	-	9.863	8.343
Outros ativos				
Estoque sobressalente - Tucano F1	-	-	279	18
Subtotal circulante	-	-	279	18
Total do ativo	37.835	23.432	10.142	8.361
Passivo				
Fornecedores (iv)				
Energia elétrica comprada para revenda - Auren Operações	-	-	837	2.317
Subtotal	-	-	837	2.317
Contas a Pagar				
Gestão Administrativa Auren Operações	7	-	7	-
Subtotal	7	-	7	-
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar - TH1	-	13.720	-	13.720
Dividendos a pagar - Unipar Carbocloro	-	13.720	-	13.720
Subtotal	-	27.440	-	27.440
Outas obrigações				
Condomínio - TH1	-	-	-	19
Subtotal	-	-	-	19
Subtotal circulante	7	27.440	844	29.776
Outas obrigações				
Contas a pagar O&M - Auren Operações (i)	40	49	4.508	5.580
Subtotal	40	49	4.508	5.580
Subtotal não circulante	40	49	4.508	5.580
Total do passivo	47	27.489	5.352	35.356
Resultado (Receita líquida)				
Venda de energia - Auren Operações (ii)	-	-	2.718	7.510
Venda de energia - Unipar Carbocloro (iii)	-	-	106.468	96.720
Subtotal	-	-	109.186	104.230
Resultado (Custo de produção e operações de energia)				
Energia comprada P/ Revenda - Auren Operações	-	-	(2.228)	(2.234)
Outros custos de vendas	-	-	-	(2.640)
Subtotal	-	-	(2.228)	(4.874)
Resultado (Outras (despesas) receitas operacionais)				
Outras despesas O&M - Auren Operações (i)	(29)	(28)	(3.332)	(3.233)
Subtotal	(29)	(28)	(3.332)	(3.233)
Total do resultado	(29)	(28)	103.626	96.123

4 PARTES RELACIONADAS---Continuação

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a “Auren Operações” (controladora indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Refere-se principalmente a venda de energia celebrada entre a Companhia e a “Auren Operações” para fins de suprimentos de contratos de varejo e composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$102,04 e montante envolvido de 33.440 MWh.

Em 3 de setembro de 2020, cada um dos parques eólicos controlados pela Companhia executou acordos de venda de energia com a Unipar. A garantia física dos 3 parques eólicos é de 73,6 MW e a energia total a ser entregue nos 3 contratos é de 60 MW. O fornecimento iniciou em 1º de janeiro de 2023, logo após a entrada em operação comercial dos parques, com previsão de encerramento em 31 de dezembro de 2042.

- (iii) Os montantes estão apresentados, respectivamente, nas rubricas de “Contas a receber de clientes” e “Fornecedores” do Balanço Patrimonial.

5 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Multas por atrasos (i)	-	-	-	56.735
Almoxarifado	-	-	44	105
Despesas pagas antecipadamente	-	-	806	-
Seguros a receber	-	-	555	-
Outros	-	-	279	18
Subtotal	-	-	1.684	56.858
Não circulante				
Impostos a compensar	735	874	735	874
Outros	-	-	370	370
Subtotal	735	874	1.105	1.244
Total	735	874	2.789	58.102

- (i) Refere-se à compensação parcial por atraso a receber pelas SPEs Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 prevista no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

Os montantes foram integralmente compensados e liquidados no terceiro trimestre de 2024, conforme assinatura de acordo firmado em 22 de março de 2024.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES---Continuação

A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

	Controladora	
	2024	2023
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	385.666	408.404
Direito de projetos e direitos contratuais (i)	27.662	28.572
Total	413.328	436.976

- (i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de “Intangível”.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2023	Equivalencia Patrimonial	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	Dividendos	31/12/2024
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	143.098	2.096	(292)	(14.276)	130.626
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	155.264	7.801	(321)	(12.758)	149.986
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	138.614	5.200	(297)	(10.801)	132.716
Total	436.976	15.097	(910)	(37.835)	413.328

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalencia Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	Dividendos	31/12/2023
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	138.585	13.479	(4.841)	12.735	(2.410)	(292)	(14.158)	143.098
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	166.069	17.477	(7.760)	19.056	(9.270)	(190)	(30.118)	155.264
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	161.209	8.637	(9.954)	17.539	(13.510)	(150)	(25.157)	138.614
Total	465.863	39.593	(22.555)	49.330	(25.190)	(632)	(69.433)	436.976

- (i) São direitos de exploração amortizados pelo prazo da autorização. Conforme política interna, a amortização do direito de exploração de autorização é realizada a partir da entrada em operação do empreendimento. O montante compõe o resultado de equivalência patrimonial apresentado na demonstração do resultado.
- (ii) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e parte dos financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do Capital Social	Valor do Ativo	Valor do Passivo	Valor do Capital Social	Valor do Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
Tucano F6	100%	269.614	147.863	119.207	121.751	2.096
Tucano F7	100%	300.798	160.582	134.060	140.216	7.801
Tucano F8	100%	265.267	141.567	119.207	123.700	5.200

7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,37%	26.673	(1.846)	24.827
Máquinas e equipamentos	4,07%	746.043	(51.752)	694.291
Móveis e utensílios e outros	6,90%	83	(16)	67
Veículos	13,85%	44	(16)	28
Imobilizado em serviço		772.843	(53.630)	719.213
Imobilizado em curso (i)		18	-	18
Bens vinculados às concessões e autorizações		772.861	(53.630)	719.231
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	13.152	(1.860)	11.292
Total Imobilizado		786.013	(55.490)	730.523

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização dos parques eólicos em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

7 IMOBILIZADO---Continuação

- (ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração	Provisão para custos socioambientais e desmantelamento	Transferências / Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	89.929	-	-	-	(63.256)	26.673
Máquinas e equipamentos	640.763	-	-	102	105.178	746.043
Móveis e utensílios e outros	-	-	-	-	83	83
Veículos	-	-	-	-	44	44
Imobilizado em serviço	730.692	-	-	102	42.049	772.843
Imobilizado em curso	-	38.498	-	-	(38.480)	18
Bens vinculados às concessão e autorizações	730.692	38.498	-	102	3.569	772.861
Direito de uso de terreno arrendado	13.389	-	(237)	-	-	13.152
Subtotal	744.081	38.498	(237)	102	3.569	786.013
Depreciação / Amortização arrendamento	(30.275)	(25.156)	-	-	(59)	(55.490)
Total Imobilizado	713.806	13.342	(237)	102	3.510	730.523

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para custos socioambientais e desmantelamento	Transferências / Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.583	-	-	-	34.345	89.928
Máquinas e equipamentos	291.740	-	-	6.808	342.215	640.763
Imobilizado em serviço	347.323	-	-	6.808	376.560	730.691
Imobilizado em curso	308.996	59.963	-	-	(368.959)	-
Bens vinculados às concessão e autorizações	656.319	59.963	-	6.808	7.601	730.691
Direito de uso de terreno arrendado	10.225	-	3.165	-	-	13.390
Subtotal	666.544	59.963	3.165	6.808	7.601	744.081
Depreciação / Amortização arrendamento	(8.076)	(22.372)	-	-	173	(30.275)
Total Imobilizado	658.468	37.591	3.165	6.808	7.774	713.806

- (i) Os montantes de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$3.510 (R\$7.774 em 31 de dezembro de 2023) refere-se às transferências ocorridas de estoque e intangível para imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

Controladora									
31/12/2024									
Vencimento	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures 1ª emissão	2041	14.920	7.629	(718)	21.831	236.693	(7.857)	228.836	250.667
Total de empréstimos e debêntures		14.920	7.629	(718)	21.831	236.693	(7.857)	228.836	250.667

Controladora									
31/12/2023									
Vencimento	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures 1ª emissão	2041	20.774	34.898	(797)	54.875	207.512	(8.574)	198.938	253.813
Total de empréstimos e debêntures		20.774	34.898	(797)	54.875	207.512	(8.574)	198.938	253.813

Consolidado										
31/12/2024										
Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Debêntures 1ª emissão	2041	14.920	7.629	(718)	21.831	236.693	-	(7.857)	228.836	250.667
Banco do Nordeste do Brasil - (BNB)	2045	14.789	2.390	(172)	17.007	317.360	28.000	(2.283)	343.077	360.084
Total de empréstimos e debêntures		29.709	10.019	(890)	38.838	554.053	28.000	(10.140)	571.913	610.751

Consolidado										
31/12/2023										
Vencimento	Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total		
Debêntures 1ª emissão	2041	20.774	34.898	(797)	54.875	207.512	-	(8.574)	198.938	253.813
Banco do Nordeste do Brasil - (BNB)	2045	10.265	1.064	(167)	11.162	332.148	30.222	(2.466)	359.904	371.066
Total de empréstimos e debêntures		31.039	35.962	(964)	66.037	539.660	30.222	(11.040)	558.842	624.879

8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES--- Continuação

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora		Consolidado
	Debêntures	Financiamentos	Empréstimos, financiamentos e debêntures
Saldos em 31 de dezembro de 2022	226.166	77.410	647.492
Ingressos	-	-	11.057
Encargos financeiros	16.921	8.435	51.105
Variação monetária	10.261	-	10.261
Pagamento de principal	-	(75.000)	(78.122)
Pagamento de encargos financeiros	-	(11.445)	(18.132)
Diferimento de custos de transação	(180)	(18)	(198)
Amortização dos custos de transação	645	618	1.416
Saldos em 31 de dezembro de 2023	253.813	-	624.879
Ingressos	-	-	-
Encargos financeiros	17.131	-	44.049
Variação monetária	12.331	-	12.331
Pagamento de principal	(24.086)	-	(35.258)
Pagamento de encargos financeiros	(9.319)	-	(36.226)
Diferimento dos custos de transação	-	-	(3)
Amortização dos custos de transação	797	-	979
Saldos em 31 de dezembro de 2024	250.667	-	610.751

8.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Custos de transação	Total	Financiamentos e debêntures	Encargos	Custos de transação	Total
2026	16.414	(685)	15.729	32.405	1.414	(857)	32.962
2027	17.715	(642)	17.073	35.238	1.550	(813)	35.975
2028	7.972	(639)	7.333	25.155	1.519	(807)	25.867
2029	11.543	(637)	10.906	27.361	1.398	(804)	27.955
2030	12.871	(623)	12.248	29.907	1.506	(789)	30.624
2031 em diante	170.178	(4.631)	165.547	403.987	20.613	(6.070)	418.530
Total	236.693	(7.857)	228.836	554.053	28.000	(10.140)	571.913

8.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	ICSD: $\geq 1,1x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES---Continuação

8.3 Característica da dívida

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	200.000	Out/2021	IPCA + 6,59%	Semestral (a partir de 2024)	Semestral (a partir de 2024)	250.667	Set/2041	Financiamento do Projeto Eólico Tucano
Financiamento - BNB	109.630	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	115.564	Jul/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano
Financiamento - BNB	123.157	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	129.823	Jul/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano
Financiamento - BNB	109.626	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	114.697	Jul/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 CAPITAL SOCIAL

A Unipar e a Tucano *Holding I S.A.*, são acionistas da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$176.935 representado por 176.935 ações, sendo ações ordinárias 88.467 nominativas e sem valor nominal e 88.467 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações da Companhia:

	2024				2023			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
Tucano Holding I S.A.	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%
Unipar Carbocloro S.A.	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%
Total das ações	88.467	100%	88.467	100%	88.467	100%	88.467	100%

9.2 RESERVAS DE LUCROS

(a) Reserva de investimento

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024. A Companhia constituiu R\$38.649 a título de reserva de investimentos.

(b) Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO---Continuação

9.3 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia é omissivo quanto a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Desta forma, a Companhia distribuiu aos acionistas o montante correspondente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não distribuiu dividendos dado o prejuízo apurado no exercício.

Reversão dos saldos declarados de dividendos

A reversão dos saldos declarados de dividendos no montante de R\$27.440 foi necessária devido a uma decisão estratégica da Administração da Companhia, em conjunto com a Administração do sócio controlador Unipar. A Diretoria decidiu reter os lucros para reinvestir na expansão das operações, visando o crescimento sustentável e o fortalecimento da Companhia.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA---Continuação

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos bilaterais	-	2.553
Mercado de curto prazo	5.378	2.270
Partes relacionadas (i)	109.186	104.230
Lucro cessante (ii)	328	33.720
Receita operacional bruta	114.892	142.773
(-) PIS e COFINS	(4.062)	(5.172)
Receita operacional líquida	110.830	137.601

(i) Vide detalhes na nota explicativa N^o4.

(ii) Refere-se a multa por atraso a receber pelas SPEs Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante. Os montantes foram integralmente compensados e liquidados no terceiro trimestre de 2024, conforme assinatura de acordo firmado em 22 de março de 2024.

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	-	(7.784)
Contratos com partes relacionadas	(2.228)	(4.874)
Mercado de curto prazo	(12.643)	(17.328)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(9.212)	(8.882)
Taxa de fiscalização ANEEL	(804)	(413)
Subtotal	(24.887)	(39.281)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(7.425)	(252)
Material	(82)	(15)
Depreciação e amortização	(26.087)	(20.890)
Seguros	(342)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	(9)
Contribuições setoriais	(101)	-
Outros custos operacionais	-	(25)
Subtotal	(34.037)	(21.191)
Total	(58.924)	(60.472)

12 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros	(277)	(253)	(648)	(566)
Seguros	-	-	(1.789)	-
Total	(277)	(253)	(2.437)	(566)

13 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Seguros	-	-	-	(48)
Contribuições setoriais	(1)	(1)	(4)	-
Operação e manutenção O&M (i)	(29)	(28)	(3.332)	(3.233)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	(150)	-
Outros	(13)	(50)	(419)	(54)
Total	(43)	(79)	(3.905)	(3.335)

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a “Auren Operações” (controladora indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

14 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	2.037	4.329	8.660	15.141
Variações monetárias	3	3	1.005	1.066
Atualização de créditos tributários	185	216	201	216
PIS e COFINS sobre receita financeira	(103)	(215)	(103)	(215)
Outras receitas financeiras	-	73	(20)	175
Subtotal	2.122	4.406	9.743	16.383
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	(17.932)	(26.619)	(43.667)	(50.609)
Variações monetárias	(12.331)	(10.261)	(12.331)	(12.173)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(1.643)	(466)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(4)	(3)	(4)	(3)
Tarifas e encargos bancários	-	-	(271)	(12)
Outras despesas financeiras	-	(18)	(5.904)	(92)
Subtotal	(30.267)	(36.901)	(63.820)	(63.355)
Total Líquido	(28.145)	(32.495)	(54.077)	(46.972)

15 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, suas controladas apuram com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

15 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL---Continuação

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Consolidado	
	2024		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	(14.278)	(14.278)	(8.513)	(8.513)
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	3.570	1.285	2.128	766
Adições e Exclusões à base:				
Equivalência Patrimonial	3.547	1.277	-	-
Doações e Brindes	(3)	(1)	(3)	(1)
Atualização de indébito tributário	46	17	46	17
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(7.166)	(2.580)	(7.166)	(2.580)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	1.065	(45)
Diferença temporária sem diferido constituído	5	2	5	2
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1)	-	(3.925)	(1.841)
Alíquota Efetiva	0,01%	0,00%	46,11%	21,63%
Corrente	-	-	(5.028)	(2.435)
Diferido	(1)	-	1.103	594
Total	(1)	-	(3.925)	(1.841)

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	17.673	17.673	26.256	26.256
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	(4.418)	(1.591)	(6.564)	(2.363)
Adições e Exclusões à base:				
Equivalência Patrimonial	12.332	4.440	-	-
Despesas não necessárias	(7)	(3)	(7)	(3)
Doações e Brindes	(12)	(4)	(12)	(4)
Atualização de indébito tributário	54	19	54	19
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(7.789)	(2.804)	(7.789)	(2.804)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	8.557	2.544
Diferença temporária sem diferido constituído	(160)	(58)	(160)	(58)
Ajuste de Imposto				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	4	1
Outros Ajustes	(1)	1	(1)	2
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1)	0	(5.918)	(2.666)
Alíquota Efetiva	-0,01%	0,00%	-22,54%	-10,15%
Corrente	-	-	(6.203)	(2.821)
Diferido	(1)	-	285	155
Total	(1)	-	(5.918)	(2.666)

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	4.026	4.026	2.118	2.118	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	60.736	60.736	85.211	85.211	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de investimento	3	32.629	32.629	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		9.990	9.990	8.343	8.343	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		9.962	9.962	9.067	9.067	Custo amortizado
Total		117.343	117.343	104.739	104.739	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		18.948	18.948	14.487	14.487	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	610.751	596.998	624.879	622.049	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	4	5.352	5.352	7.916	7.916	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		17.685	17.685	17.852	17.852	Custo amortizado
Dividendos a pagar		-	-	27.440	27.440	Custo amortizado
Total		652.736	638.983	692.574	689.744	

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, quando venda para clientes externos, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do *rating* de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, *rating* e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	17.293	23.259	97.391	87.329
Contas a receber de clientes	-	-	9.990	8.343
Cauções e depósitos vinculados	36	33	9.962	9.067
Total	17.329	23.292	117.343	104.739

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	250.667	253.813	610.751	624.879
Caixa e equivalentes de caixa	(17.293)	(23.259)	(97.391)	(87.329)
Garantias de financiamento	(36)	(33)	(9.962)	(9.067)
Dívida líquida	233.338	230.521	503.398	528.483
Patrimônio líquido	218.472	205.312	218.472	205.312
Dívida líquida / Patrimônio líquido	107%	112%	230%	257%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para as rubricas “Empréstimos, financiamentos e debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 8. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Controladora					Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	1	-	-	-	-	1	44
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15.088	7.460	34.130	32.386	170.177	259.241	567.220
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	47	-	-	47	49
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	27.440
Total	15.089	7.460	34.177	32.386	170.177	259.289	594.753

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	18.948	-	-	-	-	18.948	14.487
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.070	19.657	70.608	86.846	423.783	620.964	1.183.545
Passivo de arrendamento	49	145	212	765	16.514	17.685	18.556
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	27.440
Total	39.067	19.802	70.820	87.611	440.297	657.597	1.244.028

(b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(b.5) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas	17.000	23.220	60.736	85.211
Quotas de fundos de investimento	136	-	32.629	-
Cauções e depósitos vinculados	36	33	9.962	9.067
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(250.667)	(253.813)	(610.751)	(624.879)
Contas a pagar a partes relacionadas	(47)	(49)	(5.352)	(7.916)
Total	(233.542)	(230.609)	(512.776)	(538.517)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	60.736	4.221	6.335	8.442	10.556	12.663
Quotas de fundos de investimento	CDI	32.629	2.268	3.403	4.535	5.671	6.803
Impacto no resultado			6.489	9.738	12.977	16.227	19.466
Total da exposição líquida			6.489	9.738	12.977	16.227	19.466

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
BNB	IPCA	(360.084)	(18.828)	(23.449)	(28.070)	(32.691)	(37.312)
Debêntures	IPCA	(250.667)	(13.107)	(16.324)	(19.541)	(22.757)	(25.974)
Impacto no resultado			(31.935)	(39.773)	(47.611)	(55.448)	(63.286)
Total da exposição líquida			(31.935)	(39.773)	(47.611)	(55.448)	(63.286)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo Auren e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS---Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.